

Comissão de Utentes da A23

Rua Azêdo Gneco, 24 | 6200-054 Covilhã

Telefone 966 648 686

Audiência na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas
Concedida pela Vice-Presidente e Representantes dos Grupos Parlamentares

Assembleia da República, 31 de Maio de 2016



António Costa admite acabar com várias portagens no interior

“é necessário fazer a reavaliação das obrigações contratuais que o estado assumiu de forma a permitir, quer nas regiões do interior, quer em todas as regiões fronteiriças, quer em zonas de particular afluxo turístico, eliminar (as portagens) e criar melhores condições de acessibilidade a todas essas regiões”

RTP 20 Set, 2015, 20:46

http://www.rtp.pt/noticias/eleicoes-legislativas-2015/antonio-costa-admite-acabar-com-varias-portagens-no-interior_v859738

Comissão de Utentes da A23

Rua Azêdo Gneco, 24 | 6200-054 Covilhã

Telefone 966 648 686

Exma. Senhora Vice Presidente da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Exmos Senhores e Senhoras Representantes dos Grupos Parlamentares

A A23 é uma via essencial para a vida económica da Beira Interior, não existindo qualquer alternativa viável. Um percurso Torres Novas – Guarda sem passar pela A23 tem que percorrer os distritos de Santarém, Coimbra, Castelo Branco e Guarda, troços de estradas nacionais, caminhos municipais, caminhos rurais em terra batida, jardins públicos de vilas, praças e ruas principais de aldeias, num trajeto que demora, na melhor das hipóteses, 5 horas de viagem. Acrescenta-se ainda que a ferrovia nem sequer é alternativa por falta de conclusão da mesma até à Guarda e pela inexistência de maior regularidade no serviço.

As regiões atravessadas pela A23 são das mais deprimidas do país. As taxas de desemprego, índices de falências, despedimentos e desertificação, entre outros, são sempre acima da média. O índice de poder de compra sempre abaixo da média (ver quadro 1) com um salário médio que ronda os 650 euros. Tudo isto gera redução da atratividade do território e cava ainda mais o fosso entre o interior e o litoral.

A região servida por esta autoestrada é altamente interdependente no que toca a economia, trabalho e emprego, sendo que uma grande parte da população utiliza a A23 diariamente por motivos laborais e empresariais.

Mas uma autoestrada como a A23 não serve apenas os seus utilizadores, representa também um investimento no desenvolvimento de uma região inteira e um incremento na coesão nacional, tal como tantos e tantos outros investimentos quase sempre realizados nas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto.

O transporte rodoviário da esmagadora maioria das importações/exportações que utilizam a rodovia é efetuado através da A23, no sentido Lisboa – Vilar Formoso – Lisboa, trajeto que, sem recurso a autoestrada ou com recurso à autoestrada com portagens, destrói a competitividade de qualquer produto ou empresa, quer seja pelo tempo, quer seja

Comissão de Utentes da A23

Rua Azêdo Gneco, 24 | 6200-054 Covilhã

Telefone 966 648 686

pelo custo. A meio caminho entre Lisboa e Madrid, este território passou a estar enclausurado no acesso à sua capital, sendo menos oneroso uma viagem até Madrid que uma até Lisboa.

A introdução de portagens na A23 veio destruir por completo a capacidade competitiva e produtiva das MPME's do interior, principalmente das regiões fronteiriças, aumentando irremediavelmente os custos de vida de populações e empresas, o abaixamento do consumo interno, falências, despedimentos e desemprego.

O desvio do trânsito rodoviário para as estradas nacionais e zonas rurais, causado pela introdução de portagens teve consequências trágicas nos domínios ambiental, de qualidade de vida e de sinistralidade rodoviária.

Os milhões de euros que condutores privados e empresas gastam em portagens ao longo da A23 representam uma nova tributação: em lugar de serem gastos, investidos e circularem na economia local, estão a ir diretamente para os acionistas das concessionárias, gerando altas taxas de rentabilidade com risco zero.

Já não basta só refletir sobre a concessão e os recursos públicos envolvidos, sobre a possibilidade de "resgate da concessão". É necessário por fim a mais esta Parceria Público-Privada, em que o Público projetou, investiu e construiu e o Privado explora o Povo e faz refém o seu Parceiro.

A Comissão de Utentes da A23, em conjunto com as outras Comissões de Utentes nomeadamente da A24 e A25, têm desenvolvido ao longo dos últimos anos um conjunto largo de iniciativas de debate e esclarecimento, com Reuniões Públicas, Abaixo-Assinados, Colocação de faixas, Conferências e Comunicados de Imprensa, Caminhadas, Marchas Lentas, Buziões, Recolha de Assinaturas em Livro de Reclamações, Postais, entre outras iniciativas onde têm participado milhares de cidadãos, que para além de aderirem de

Comissão de Utentes da A23

Rua Azêdo Gneco, 24 | 6200-054 Covilhã

Telefone 966 648 686

forma voluntária e entusiasmada, têm manifestado a sua solidariedade com este movimento e têm dado força a esta luta que não vai parar.

A introdução de portagens nas SCUTs carece de racionalidade económica, pois a receita das portagens é inferior aos enormes prejuízos causados às economias regionais e ao país. As Portagens nas SCUT são um erro económico que prejudica gravemente a economia, retira poder de compra ao Povo e asfixia a situação financeira das empresas, provocando a falência de muitas e conseqüentemente aumenta o desemprego.

Recordando as palavras do Senhor Primeiro Ministro António Costa na campanha eleitoral para as eleições de 4 de outubro “é necessário fazer a reavaliação das obrigações contratuais que o estado assumiu de forma a permitir, quer nas regiões do interior, quer em todas as regiões fronteiriças, quer em zonas de particular afluxo turístico, eliminar (as portagens) e criar melhores condições de acessibilidade a todas essas regiões”.

Para a Comissão de Utentes e para um conjunto significativo de entidades que fizeram já saber a sua opinião sobre esta matéria, qualquer decisão que não contemple a abolição das portagens será uma má decisão.

E por isso consideramos que a maioria dos deputados decidiu mal quando reprovou a Abolição das Portagens, tendo apenas aprovado uma resolução para a redução dos valores praticados. Ainda assim importa perceber hoje mesmo, se assim for possível, o andamento de tal projeto: conseguir-se-á o cumprimento dos prazos avançados pelo Senhor Ministro (Verão de 2016)? E qual será efetivamente a redução a praticar? Qual o prazo apontado para a abolição definitiva das portagens na Ex-SCUT?

Assembleia da República, 31 de Maio de 2016

A Comissão de Utentes da A23

Comissão de Utentes da A23

Rua Azêdo Gneco, 24 | 6200-054 Covilhã

Telefone 966 648 686

Índice per Capita, Percentagem de Poder de Compra e Fator Dinamismo Relativo por NUTS I, II, III e município, 2013

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Portugal	100,00	100,000	-0,058
Continente	100,75	95,836	-0,059
Centro	89,21	19,517	-0,186
Beira Baixa	85,45	0,702	-0,256
Castelo Branco	96,45	0,503	-0,376
Idanha-a-Nova	67,53	0,059	0,036
Oleiros	61,90	0,032	-0,262
Penamacor	62,10	0,032	0,055
Proença-a-Nova	68,47	0,052	-0,385
Vila Velha de Ródão	71,43	0,023	0,726
Médio Tejo	86,61	2,006	-0,315
Abrantes	90,43	0,326	-0,506
Alcanena	87,99	0,113	-0,290
Constância	89,36	0,035	-0,493
Entroncamento	101,45	0,199	-0,702
Ferreira do Zêzere	68,37	0,055	0,119
Mação	70,86	0,047	-0,349
Ourém	83,44	0,364	0,173
Sardoal	73,55	0,027	-0,264
Sertã	74,38	0,110	-0,236
Tomar	87,36	0,327	-0,400
Torres Novas	95,38	0,330	-0,536
Vila de Rei	64,83	0,021	-0,148
Vila Nova da Barquinha	72,85	0,051	-0,418
Beiras e Serra da Estrela	79,80	1,735	-0,219
Almeida	76,28	0,048	0,087
Belmonte	75,65	0,048	-0,185
Celorico da Beira	68,27	0,048	-0,022
Covilhã	86,19	0,411	-0,312
Figueira de Castelo Rodrigo	67,00	0,039	-0,240
Fornos de Algodres	61,17	0,029	-0,078
Fundão	78,05	0,211	-0,068
Gouveia	70,08	0,090	-0,205
Guarda	97,90	0,385	-0,493
Manteigas	65,90	0,021	-0,240
Mêda	64,30	0,030	-0,013
Pinhel	65,56	0,058	-0,240
Sabugal	65,53	0,075	0,177
Seia	78,12	0,178	-0,164
Trancoso	68,07	0,062	-0,176

Fonte: INE